[Recensão a] Jeannette U. Smit Nolen — Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo

Autor(es): Alarcão, A. Moutinho

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45589>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_27_6

Accessed : 26-Apr-2023 12:11:20

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVII

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1988

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Jeannette U. Smit NOLEN — *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985; 259 p., 58 estampas, 34 fotografias (preto e branco) + 16 fotografias (cores).

Com a presente obra, o Conselho Administrativo da Casa de Bragança alarga o seu importante leque editorial à Arqueologia, um tema que apaixonou a «Sereníssima Casa» desde o séc. XVI e, muito especialmente, os últimos monarcas — como nos recorda o actual Presidente na apresentação do livro.

Limitações diversas, entre as quais sobressaíam a falta de condições materiais e apoio académico, conduziram a alguma dispersão do espólio das necrópoles que Abel Viana e António D. de Deus escavaram nas décadas de 40 e 50, na região de Eivas. As mesmas razões explicam que o tratamento dado aos objectos (incluindo a publicação) não tenha sido tão cuidado como o trabalho de escavação.

Quando, em 1959, procurava ajudá-lo a reconstituir os conjuntos de cada sepultura e, já então, desanimava, A. Viana—infatigavelmente optimista e bondoso — aconselhava-me a prosseguir, «que os erros desfazem-se sempre e são condição de progresso».

O estudo que J. Nolen acaba de trazer a público comprova, pela abundância e honestidade das provas aduzidas, que houve confusões e perdas de informação irreparáveis, as quais limitam o valor do documento arqueológico, tanto como o da investigação sobre ele feita. Não fora a necessidade de esgotar as tentativas para classificar e datar cada uma das formas de cerâmica comum que chegaram até nós, desligadas do contexto original ou hesitantemente identificadas, as pacientes buscas de paralelos que a A. somou, ao longo de 130 páginas, revelar-se-iam um exercício inútil. Mas ela sabe justificar-se e mostrar o cuidado com que devem considerar-se os paralelos formais; entre outros comentários, são particularmente importantes os que apresenta nas p. 141-156 e 159-169.

O carácter local ou regional da quase totalidade das cerâmicas comuns de qualquer época é hoje uma verdade que não pode ser negligenciada pelos arqueólogos. Isto implica o recurso indispensável ao «laboratório» e um conhecimento aprofundado, por parte do arqueólogo, das capacidades e

limitações de cada meio específico de observação e análise das argilas e pastas cerâmicas, a fim de saber dialogar com o analista; por outro lado, exige-se-lhe suficiente experiência de observação macroscópica de pastas e tipos de acabamento para saber propor grupos e correlações.

Nas catorze páginas que dedica à caracterização das pastas, J. Nolen dá-mos conta de saber suscitar esse diálogo e faz-nos lamentar que não tenha podido dispor de maiores facilidades laboratoriais. Apesar das limitações para que somos advertidos, a observação macroscópica, combinada (e alicerçada) com o exame de lâmina delgada, conduziu a excelentes resultados e deverá tornar-se obrigatória.

Correcta é a posição da A. ao tomar a proposta tipológica apresentada para as cerâmicas da necrópole de Santo André, Montargil (1981), como base de classificação para as cerâmicas da área de Vila Viçosa-Elvas, certa de que os resultados assim obtidos se tornarão menos provisórios e mais dignos de confiança, à medida que forem sendo confrontados com novos achados no solo alentejano. Consequentemente, parece-nos acertado apresentar a colecção por categorias funcionais: a comparação com formas e designações actuais é um recurso inevitável e por toda a parte aceite; no entanto, certas distinções são pouco convincentes: é o caso das malgas, tijelas e taças (p. 93).

À luz do conhecimento directo que fui adquirindo das diversas produções de cerâmicas comuns romanas encontradas no nosso território e na zona de Mérida, julgo interessante e provável a pista sugerida (p. 30) para a proveniência de certos tipos de bilhas, «vasos afins» e púcaros com pasta estranha aos fabricos até agora identificados como oriundos da zona alentejana mas muito semelhantes aos vasos de «paredes finas», típicos da área emeritense, e que F. Mayet propõe terem sido ali fabricados. Dignas de serem retomadas, em futuros estudos, são as hipóteses formuladas a propósito do «engobe vermelho» que cobre certos vasos muito frequentes em Montargil. Acautele-se, porém, o leitor menos prevenido para que, ao ler (p. 31) «isto reforça a hipótese de este engobe tão típico ser de origem alentejana», deve ter em conta que a A. se refere ao aspecto particular (cor, espessura, brilho, aderência) do engobe vermelho que se encontra nas produções locais dadas a conhecer por estas necrópoles e não à origem do «engobe vermelho» da generalidade dos vasos romanos, encontrados no nosso País, o qual radica nos populares pratos (próprios para cozinhados que tendem a «pegar» como a *pala juliana* e as *placentae*) que aromanização divulgou por todas as províncias. O que é curioso é ser esta produção — tão frequente na necrópole de Montargil (segundo a A., 26% dos vasos de cerâmica comum) — a imitação que mais se aproxima (pela cor e espessura do engobe e pelo aspecto geral da pasta) da produção itálica dos séculos I a. e d.G.

A afirmação de que este engobe «era a maneira habitual para acabar as peças mais requintadas» (p. 32 e 102) deve ser tomada com prudência, dada a aptidão de tal forma de acabamento para impermeabilizar as paredes do vaso.

Ao olhar alguns perfis das estampas XXXIV-XXXVI, fica-se impressionado pela sua semelhança com idênticas formas bem conhecidas na segunda Idade do Ferro. Aliás, nesse sentido apontam os furos de suspensão e o que a A. nos diz sobre algumas pastas «não classificáveis» (p. 26 e 27); não será por acaso

que o vaso 549 que eia claramente situa na I. do F. tenha a mesma pasta da tijela 366 que coloca entre as produções romanas (p. 26), não sem dizer (p. 99) que esta será, talvez, a peça mais antiga do grupo. A sua fidelidade à busca sistemática de paralelos traiu, por vezes, a sua habitual prudência, levando-a a privilegiar a semelhança com perfis de época romana adiantada, a qual não passa, segundo creio, de mera coincidência (veja-se os n.^{os} 341, 348, 349, 362 a 366) ; o argumento que explicitamente (p. 99) invoca, a forma e altura do pé como base de classificação tipológica, parece frágil; mais ainda quando se pressente que também foi utilizado como critério cronológico, remetendo para uma época dois séculos mais tarde o que poderá caber nos sécs. n ou i a.c. (atente-se no pé dos n.^{os} 352 e 366, p. ex.), facilmente reconhecível em pratos de cerâmica campaniense ou t. s. itálica. Aliás, em comunicação pessoal, J. Nolen apontou-me — como preferíveis paralelos para os n.^{os} 362 e 366 — respectivamente, as formas Lamboglia 24 e 8 das produções campanienses. A peça 341, que julga romana, poderá corresponder — segundo a sua própria observação — à que, num desenho de A. Viana, tapa um vaso de cerâmica «ibérica». Olhando somente o perfil, inclino-me para uma datação pré-romana.

Estas e outras observações que a leitura atenta do livro sugere (mas não aponto para não alongar mais a recensão) são a prova acabada de que nem a experiência, nem a argúcia, nem o cuidado do especialista podem substituir a evidência que a alteração de um «depósito» selado — como é um conjunto funerário — destruiu. Por outro lado, como se lê (p. 19) na introdução ao estudo das pastas, a A. não pôde dispor do apoio laboratorial suficiente para evitar certas dúvidas e indecisões ou mesmo prováveis erros para que amiúde honestamente adverte (p. ex., p. 114).

Embora me pareça que J. Nolen vai, por vezes, longe demais na aproximação de perfis (p. ex., forma 3e, p. 97) ou na justificação de certas formas (p. ex., 373, 374, p. 101) é para admirar a perseverança metódica com que trata todo o material e o conjunto das informações recolhidas.

Nas múltiplas referências remissivas, apenas encontrei um erro (p. 99, nona linha, deve ler-se 354) o que mostra o cuidado da A. Uma série de bons quadros recapitulativos e excelente documentação gráfica contribuem para o êxito desta obra.

Apenas um senão, a contrariar o esforço da autora e do editor: a qualidade do papel que desvaloriza a publicação e muito prejudica as fotografias a preto e branco, e o erro de escala da estampa LVIII (devendo ler-se 2:3). Coisas menores, uma obra que se apresenta, a vários títulos, como exemplo a seguir.

A. MOUTINHO ALARCÃO